

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO HUMANO RURAL E BEM-
ESTAR SOCIAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA ENTRE 2010 e
2017**

Florianópolis, 2019

Vilma de Souza

**ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO HUMANO RURAL E BEM-ESTAR SOCIAL
NO ESTADO DE SANTA CATARINA ENTRE 2010 E 2017**

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em
Ciências Econômicas do Centro Sócio – Econômico
da Universidade Federal de Santa Catarina como
requisito para a obtenção do Título de Bacharela em
Ciências Econômicas

Orientador: Prof. Dr. Michele Romanello

Florianópolis

2019

Ficha de identificação da obra

A ficha de identificação é elaborada pelo próprio autor.

Orientações em:

<http://portalbu.ufsc.br/ficha>

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
Curso de graduação em Ciências Econômicas

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 8,0 à aluna Vilma de Souza na disciplina CNM 7107 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Michele Romanello, Dr.
Orientador

Prof.^a Carmen Rosario Ortiz Gutierrez Gelinski, Dr.^a

Prof.^a Janaína Fuhr, Dr.^a

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por estar sempre guiando meus passos. Sem fé e confiança Nele, nada seria possível.

Agradeço aos meus pais por todo o apoio e as minhas irmãs por sempre estarem ao meu lado.

Aos amigos que fiz na UFSC, pelos encontros de lazer e estudos, pelas palavras de apoio, pelas caronas, pelas trocas de conhecimento e por tornaram esse caminho mais prazeroso e agradável.

Aos amigos que sempre tiraram um tempinho para contribuir na elaboração deste trabalho.

Ao meu orientador Prof. Michele Romanello, por ter me guiado, e tornado possível a realização deste trabalho.

Agradeço a todos que de alguma forma, contribuíram para tornar este objetivo possível.

RESUMO

O conceito de desenvolvimento por muito tempo esteve associado ao crescimento econômico, mas o crescimento, apesar de importante, é uma medida que por si só pode ser imprecisa, sendo necessária a avaliação de outras variáveis relacionadas a qualidade de vida e bem-estar das pessoas. Por isso, no início da década de 1990, foi lançado pela Organização das Nações Unidas (ONU), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), enquanto a ótica do crescimento leva em conta apenas o crescimento do PIB per capita o desenvolvimento humano leva em considerações outras dimensões importantes para medir o desenvolvimento, é uma medida mais voltada para avaliar o bem-estar social. É nesse contexto que, este trabalho se propõe a analisar o desenvolvimento humano dos municípios rurais de Santa Catarina, em três dimensões: educação, saúde e renda. Inicialmente, discute-se as principais abordagens de crescimento e desenvolvimento econômico para compreender o bem-estar social, além de descrever uma contextualização teórica do desenvolvimento no estado catarinense. A análise, consiste em, utilizar indicadores sociais que mostrem a condição de vida da população dos municípios rurais, em vista do cenário positivo nas últimas décadas e se está muito aquém do desenvolvimento dos municípios urbanos, sendo utilizadas as principais bases de dados do IBGE e Atlas do Desenvolvimento Humano. Conclui-se que, durante o período analisado, os indicadores que mostraram maior deficiência referem-se ao subíndice saúde, e os municípios rurais foram os que mais apresentaram privações em todos os índices analisados.

Palavras-chave: Desenvolvimento Humano. Santa Catarina. Municípios Rurais.

ABSTRACT

The concept of development has long been associated with economic growth, but growth, although important, is a measure that alone can be imprecise, and it is necessary to evaluate other variables related to people's quality of life and well-being. The Human Development Index (HDI) was launched by the United Nations (UN) at the beginning of the 1990, while the perspective of growth takes into account only GDP growth per capita other dimensions important for measuring development, is a measure more geared to assessing social well-being. It is in this context that, this work proposes to analyze the human development of the rural municipalities of Santa Catarina, in three dimensions: education, health and income. Initially, we discuss the main approaches to growth and economic development to understand social well-being, as well as describe a theoretical context of development in the state of Santa Catarina. The analysis consists in using social indicators that show the living conditions of the population of the rural municipalities, given the positive scenario in the last decades, and is far behind the development of urban municipalities, using the main IBGE databases and Atlas of Human Development. It is concluded that, during the analyzed period, the indicators that showed the greatest deficiency refer to the health subscript, and the rural municipalities were the ones that presented the most deprivations in all indexes analyzed.

Keywords: Human Development. Santa Catarina. Rural Municipalities.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Municípios com melhores IDHs em Santa Catarina (2010).....	27
Tabela 2: Municípios com piores IDHs em Santa Catarina (2010).....	28
Tabela 3: Média do IDEB dos anos iniciais e dos anos finais do ensino fundamental	30
Tabela 4: Menores taxas de analfabetismo dos municípios catarinenses.....	31
Tabela 5: Municípios catarinenses com a taxa de analfabetismo mais elevada.	31
Tabela 6: Indicadores do salário médio, população ocupada e PIB per capita dos municípios catarinenses.....	32
Tabela 7: Indicadores de salário médio mensal, população ocupada e PIB per capita dos municípios essencialmente urbanos.	33
Tabela 8: Indicadores do salário médio mensal e PIB per capita, dos municípios essencialmente rurais (referente aos 5 municípios com os menores resultados e 5 municípios com os melhores resultados).....	34
Tabela 9: Média dos indicadores de mortalidade infantil, internações por diarreia e esgotamento sanitário adequado nos municípios catarinenses.	35

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

OCDE - Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico

ONU – Organização das Nações Unidas

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	Tema e Problema de Pesquisa	11
1.2	Objetivos	12
1.2.1	Objetivo Geral	12
1.2.2	Objetivos Específicos.....	12
1.3	Justificativa.....	12
1.4	Metodologia.....	13
2	CONSIDERAÇÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO E BEM-ESTAR	
	SOCIAL.....	15
2.1	Crescimento Econômico e Desenvolvimento.....	15
2.2	Desenvolvimento Como Liberdade.....	17
2.3	IDH.....	21
3	DESENVOLVIMENTO EM SANTA CATARINA.....	23
3.1	Características do Estado Catarinense: Desenvolvimento Rural e Urbano.....	23
3.2	Definição Rural e Urbano em Santa Catarina	25
4	IDH – ANÁLISE E RESULTADOS.....	27
4.1	Educação	29
4.2	Renda.....	32
4.3	Saúde	34
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
	REFERÊNCIAS	39

1 INTRODUÇÃO

1.1 Tema e Problema de Pesquisa

Por muito tempo, o desenvolvimento foi pensado como um viés puramente econômico, levando em consideração apenas o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) de um país, como principal medida para avaliar o seu desenvolvimento.

Porém, no início da década de 1990, foi lançado pela Organização das Nações Unidas (ONU), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), com o propósito de verificar o nível de desenvolvimento de um país utilizando-se de indicadores de desempenho. Desde então, o debate referente aos aspectos econômicos e sociais passou a ser mais direcionado para a qualidade de vida e as condições essenciais da sociedade (DALBERTO et al., 2015).

Dentro da perspectiva do crescimento econômico, o bem-estar de uma sociedade é visto através dos seus recursos ou pela renda que ela pode gerar, já a abordagem do desenvolvimento humano visa olhar para as pessoas, suas oportunidades e capacidade, sendo o fator humano o principal foco e não o crescimento econômico. Assim, para avaliar o avanço na qualidade de vida de uma população é preciso ir além da dimensão econômica e considerar outras características sociais, culturais, e políticas que influenciam a qualidade de vida humana (PNUD, 2018).

O IDH é uma medida resumida do progresso a longo prazo dividido em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. Hoje, mais do que nunca, a maioria das pessoas vivem mais, têm mais anos de estudo e acessa a mais bens e serviços em todo o mundo, no entanto, ainda persistem desigualdades (PNUD, 2018).

O Brasil passou por significativas mudanças nos últimos anos, nos âmbitos social e econômico, atribuídas as políticas de distribuição de renda, que permitiram tirar milhares de pessoas da linha da pobreza e contribuíram para diminuir a desigualdade no país. Entre os avanços obtidos, vale destacar a inserção do País no ranking das nações de alto desenvolvimento humano. No entanto, segundo o Relatório Global de Desenvolvimento Humano de 2016 do PNUD, o Brasil ainda é um dos países mais desiguais do mundo e ocupa a 10ª posição no ranking da desigualdade (medida pelo coeficiente de Gini), de um conjunto de 143 países (IPEA, 2017).

O que chama atenção, são as desigualdades internas e regionais, mesmo nas regiões mais desenvolvidas. Destaca-se, por exemplo, que apesar dos avanços obtidos na qualidade de

vida, a população que vive no campo ainda tem IDH mais baixo que da população urbana (IPEA, 2017).

Com uma economia diversificada e industrializada, Santa Catarina é o sexto estado mais rico da Federação, sendo considerado um dos estados mais desenvolvidos e os índices sociais estão entre os melhores do país. Segundo dados do PNUD, em 2010, apresentou um IDH de 0,774, o que o situa numa posição de alto desenvolvimento humano, e ocupa a 3ª posição entre os estados brasileiros.

Partindo desta exposição, será analisado o desenvolvimento humano dos municípios rurais de Santa Catarina. Busca - se através de indicadores sociais, demonstrar se o processo de desenvolvimento do estado se deu de forma homogênea e ocasionou melhoria do bem-estar da população rural ou se a mesma está muito aquém do desenvolvimento humano dos municípios urbanos catarinenses.

1.2 Objetivos

Os objetivos deste trabalho estão divididos em objetivo geral e objetivos específicos, conforme se disserta a seguir.

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral desta monografia é analisar o bem-estar social através do desenvolvimento humano, nos municípios rurais do estado de Santa Catarina no período de 2010 e 2017, a fim de verificar as disparidades em comparação com os municípios urbanos.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Apresentar as principais abordagens de desenvolvimento.
- b) Descrever as principais características sobre o desenvolvimento do estado Catarinense.
- c) Analisar os resultados sociais nas áreas rurais do Estado de Santa Catarina.

1.3 Justificativa

A problemática do desenvolvimento regional é uma questão que vem sendo debatida nos últimos tempos, sendo de grande importância para compreender os problemas das disparidades regionais que contribuem para o aumento da desigualdade no País.

O estudo é relevante, tendo em vista que o desenvolvimento nas áreas rurais pode influenciar na diminuição do êxodo rural dos jovens para as cidades em busca de empregos e ocupações de maior remuneração que possibilitem uma condição de vida melhor. Entender os problemas do campo, possibilitam a criação de políticas públicas de acordo com os critérios da região e podem torna-las mais efetivas e, talvez, possam evitar que as pessoas deixem o campo para morar na cidade.

Tendo em vista que o estado catarinense possui uma economia forte e expressiva, a pesquisa pretende avaliar o desenvolvimento do ponto de vista de bem-estar da população nos municípios rurais de Santa Catarina em relação aos municípios urbanos, pois muitas vezes o crescimento econômico nem sempre beneficia a todos ficando concentrado em determinados setores e/ou cidades mais dinâmicas, processo este que contribui para o aumento das disparidades locais.

1.4 Metodologia

Segundo Gil (2002), uma pesquisa pode ser definida como o procedimento racional e sistemático, que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos, mediante o emprego de procedimentos científicos. A pesquisa desenvolve-se ao longo de um processo que envolve inúmeras fases, desde a elaboração do problema até a satisfatória apresentação dos resultados.

Conforme Prodanov e Freitas (2013), as pesquisas podem ser classificadas da seguinte forma: quanto a natureza, podendo ser uma pesquisa básica ou aplicada, quanto a abordagem, podendo ser qualitativa ou quantitativa, e de acordo com os objetivos, podem ser exploratórias, descritivas ou explicativas.

Diante disso, o método para a abordagem do problema de pesquisa a ser utilizado nesse trabalho se dará de forma quantitativa, a qual considera que tudo pode ser quantificável, ou seja, traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Este estudo também se designa como um trabalho de pesquisa descritiva ao buscar as características da população em relação a qualidade de vida e bem-estar, pois, conforme afirma

Gil (2002), as pesquisas descritivas são aquelas que têm como objetivo a descrição das características de determinado fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis.

Em relação ao procedimento técnico, será por meio de pesquisa bibliográfica para construção da problemática e referencial teórico, tais como: livros, revistas, artigos científicos e dissertações.

E, por fim, será feita uma análise do bem-estar social nos municípios rurais de Santa Catarina. Para isso recorreu-se aos dados de indicadores sociais do estado disponíveis no IBGE e no Atlas do Desenvolvimento humano do Brasil.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO E BEM-ESTAR SOCIAL

2.1 Crescimento Econômico e Desenvolvimento

Nesta seção procura-se traçar as principais diferenças entre crescimento econômico, que marcou um período histórico bem delimitado em nosso país e desenvolvimento, este, conforme afirmam Conterato e Filipi (2009), é um movimento muito mais amplo que não se restringe apenas ao aumento do PIB, mas se caracteriza por envolver questões de maior alcance, como a preservação dos recursos da natureza e o acesso a bens e serviços públicos de qualidade.

O desenvolvimento econômico é um tema que ganhou maior importância no século XX, através de raízes teóricas e empíricas, originadas da maior parte dos casos de crises econômicas do sistema capitalista (SOUZA, 2005).

Não existe um conceito único de desenvolvimento universalmente aceita e a literatura apresenta algumas definições. Segundo Souza (2005) existem duas correntes de economistas distintas, sendo que a primeira corrente de economistas, de inspiração mais teórica, considera crescimento como sinônimo de desenvolvimento, acreditava-se que com o crescimento econômico ocorreria automaticamente a distribuição de renda entre os diferentes proprietários dos fatores de produção, elevando automaticamente os padrões de vida da sociedade. Já a segunda corrente voltada para uma base mais empírica, entende que crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, no entanto não é condição suficiente, sendo necessária gerar mudanças qualitativas além das quantitativas.

A suposição maior era de que com o crescimento econômico, distribuindo diretamente a renda entre os proprietários dos fatores de produção, cria-se automaticamente a melhoria dos padrões de vida e o desenvolvimento econômico. De acordo com Souza (2005), a história tem demonstrado que o desenvolvimento econômico se difere de crescimento econômico na medida em que os frutos da expansão econômica nem sempre beneficiam a economia como um todo e o conjunto da população e, portanto, é necessário ir além de mudanças quantitativas.

A segunda corrente encara o crescimento econômico como uma simples variação quantitativa do produto, enquanto o desenvolvimento envolve mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, das instituições e das estruturas produtivas, os autores dessa corrente como Prebisch (1949), Furtado (1961) e demais autores da tradição cepalina e marxista, defendem, que o desenvolvimento econômico implica mudança estrutural nos âmbitos, econômico, social, político e institucional (SOUZA, 2005).

Segundo Furtado (1981) o conceito de desenvolvimento tem sido utilizado, com referência à história contemporânea em dois sentidos distintos. Sendo que o primeiro diz respeito à evolução de um sistema social de produção, na medida em que este, mediante a acumulação e progresso das técnicas, torna - se mais eficaz, ou seja, eleva-se a produtividade do conjunto de sua força de trabalho. O segundo sentido em que se faz referência ao conceito de desenvolvimento relaciona-se com o grau de satisfação das necessidades humanas, ou seja, critérios básicos de sobrevivência relacionados a alimentação, vestimenta, habitação, expectativa de vida, etc.

Um outro perfil de base histórico do desenvolvimento da economia moderna foi sugerido por Raúl Prebich, que parte da análise da propagação da tecnologia moderna e da repartição dos frutos do progresso técnico. Em sua teoria, o autor afirma que há a coexistência de um centro, que comanda o desenvolvimento tecnológico e se beneficia com os frutos do progresso técnico, e uma vasta e heterogênea periferia que fica a margem desse progresso, confirmando a tese de que o desenvolvimento ocorre de forma desigual (FURTADO, 1977).

Para Furtado, essas relações desiguais entre centro e periferia explicam a reprodução do subdesenvolvimento das economias periféricas. A noção de “dualismo estrutural” ajuda a compreender essa associação (NIEDERLE; RADOMSKY, 2016). Foi baseado nela que Furtado resumiu uma contradição marcada pela coexistência entre setores modernos e atrasados, pois a inserção da periferia na primeira e na segunda revolução industrial deu-se de forma atrasada, tornando-a dependente e reflexa, enquanto no centro tinha-se uma estrutura industrial homogênea e diversificada, na periferia era heterogênea e descontinuada com um setor moderno e outro atrasado e especializadas em produtos primários voltados para a exportação. Sendo que o setor moderno era alicerçado nas exportações e comportava-se conforme a demanda externa. O setor atrasado era composto pela agricultura que abastecia os centros urbanos e pela agricultura de subsistência. Não havia uma relação articulada entre os dois setores, ao contrário o atrasado tonou-se um entrave ao livre desenvolvimento do moderno (GOULARTI FILHO, 2007).

Furtado reconhece ainda, que além da necessidade de crescimento econômico para gerar desenvolvimento, atribui importância central à dimensão cultural como fator decisivo no processo de desenvolvimento, o autor demonstra que, na base das estruturas sociais que mantinham o subdesenvolvimento, se encontrava uma dependência cultural que condicionava a utilização do excedente para consumo improdutivo e para manter um nível de consumo supérfluo de uma pequena elite econômica, enquanto nos países desenvolvidos o excedente era,

em sua maior parte, utilizado para financiar o investimento produtivo (NIEDERLE; RADOMSKY, 2016).

Conforme destaca Niederle e Radomsky (2016), as teorias do desenvolvimento no Brasil, no período 1945 a 1975, foram fundamentalmente modernizantes. As quais foram baseadas, na teoria de Rostow (1974), a qual sustenta que a economia dos países subdesenvolvidos devem passar por um conjunto de etapas de desenvolvimento, passando de um estágio tradicional (aquela cuja estrutura se expande dentro de funções de produção limitadas) até alcançar o status de economia moderna. Isso trouxe resultados expressivos tanto na agropecuária quanto na indústria brasileira.

No entanto, com o esgotamento deste modelo modernizador-desenvolvimentista, no final dos anos 70 do século XX e, sobretudo, na década seguinte, esse quadro começou a ser problematizado por outras abordagens teóricas, com críticas proveniente das teorias da dependência e do referencial heterodoxo proposto pelos economistas da Cepal, abriu-se uma janela histórica para que fossem formuladas teorias inovadoras (NIEDERLE; RADOMSKY, 2016).

O reconhecimento de novos problemas globais, muitos dos quais decorrentes do modelo de industrialização implantado, passou a exigir novas respostas. Questões relacionadas às mudanças demográficas, ao colapso urbano, à preservação ambiental, à participação social e ao fortalecimento das instituições democráticas impulsionaram teorias alternativas. Ao mesmo tempo, os tradicionais indicadores econômicos (PIB, Renda per capita) começaram a ceder espaço a novas métricas – cuja equação incorporava aspectos relacionados à expectativa de vida, à sustentabilidade, à saúde e à educação –, até que a própria ONU assumisse um IDH como parâmetro de avaliação (NIEDERLE; RADOMSKY, 2016).

Portanto hoje, o desenvolvimento é um conceito mais amplo que envolve, além do crescimento econômico, mudança qualitativa na economia de um país, ligado ao progresso tecnológico e social. Os indicadores mais relevantes de desenvolvimento econômico está em, aumentar o PIB per capita e melhorar o IDH, pois um PIB alto, mas com uma população muito pobre não é país desenvolvido. Para o bem-estar das pessoas pode ser mais importante seu consumo per capita do que a renda, ou seja, aquilo que as pessoas podem desfrutar.

2.2 Desenvolvimento Como Liberdade

A abordagem do economista indiano Amartya Sen deita um novo olhar sobre o desenvolvimento, que não o estritamente econômico, e sim visto pela ótica do bem-estar de uma sociedade através da abordagem das capacitações, a qual analisa o desenvolvimento a partir do princípio da igualdade e da liberdade substantiva.

Na visão de Sen, para pensar a equidade social, é necessário inserir nos debates a questão da diversidade humana, além de reconhecer os valores e as concepções de vida daqueles que seriam “alvos” dos “projéteis” de desenvolvimento (NIEDERLE; RADOMSKY, 2016). Para Sen (2000) o desenvolvimento só pode ser estimulado a partir do momento em que as pessoas deixam de estar submetidas à privação de suas capacidades, por isso sua teoria se baseia no princípio da liberdade, em que os indivíduos estejam livres para viver do modo que preferirem e não sofram privação das capacidades.

Sen (2000) também questiona qualquer concepção de desenvolvimento que considera apenas indicadores monetários como único critério de avaliação, pois a vida das pessoas é a finalidade última, e a produção e a prosperidade são meros meios para atingi-la. Os fatores econômicos são importantes no desenvolvimento, mas não suficiente. “As liberdades dependem também de outras determinantes, como as disposições sociais e econômicas, como por exemplo, os serviços de educação e saúde, e os direitos civis, como a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas” (SEN, 2000 p. 17).

A noção de desenvolvimento proposta por Amartya Sen sustenta que este somente pode ser alcançado quando os indivíduos dispõem dos “meios” pelos quais podem realizar os “fins” que almejam, ultrapassando obstáculos preexistentes que condicionem ou restrinjam a liberdade de escolha. Segundo o autor, os benefícios do crescimento ampliam as capacidades humanas – o conjunto das coisas que as pessoas podem ser ou fazer na vida. Quando se dá a expansão dessas capacidades, as pessoas têm as condições necessárias para fazer suas escolhas e alcançar a vida que realmente desejam. A construção de capacidades busca melhorar a condição humana, focalizando a liberdade de “ser” e de “fazer” dos indivíduos, ou seja, de exercer ponderadamente suas condições enquanto agentes do processo de desenvolvimento (NIEDERLE; RADOMSKY, 2016).

Para Sen (2000) o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de estados repressivos.

A liberdade é central para o processo de desenvolvimento por duas razões:

1. A razão avaliatória: a avaliação do progresso tem de ser feita verificando-se primordialmente se houve aumento da liberdade das pessoas.
2. A razão da eficácia: a realização do desenvolvimento depende inteiramente da livre condição de agente das pessoas (SEN, 2000, p. 18).

Sen (2000), cita ainda, alguns exemplos sobre a importância de considerar a liberdade o principal fim do desenvolvimento:

Primeiro, no contexto das visões mais restritas de desenvolvimento – como crescimento de PNB ou industrialização - frequentemente se pergunta se determinadas liberdades políticas ou sociais, são ou não “conducentes ao desenvolvimento”. À luz da visão mais fundamental de desenvolvimento como liberdade, esse modo de apresentar a questão tende a passar ao largo da importante concepção de que essas substantivas (a liberdade de participação política ou a oportunidade de receber educação básica ou assistência médica) estão entre os componentes constitutivos do desenvolvimento. A verdade é que essas liberdades e direitos também contribuem muito eficazmente para o progresso econômico.

Um segundo exemplo relaciona-se à dissonância entre a renda per capita e a liberdade dos indivíduos para ter uma vida longa e viver bem. Um grupo de países pode ter muito mais ricos em termos de PNB per capita, mas outro grupo as pessoas têm expectativas de vida substancialmente mais elevadas.

Um terceiro exemplo relaciona-se ao papel dos mercados como parte do processo de desenvolvimento. A capacidade do mecanismo de mercado de contribuir para o elevado crescimento econômico e o progresso econômico global tem sido ampla e acertadamente reconhecida na literatura contemporânea sobre desenvolvimento, pois a privação de liberdade econômica pode gerar a privação de liberdade social, assim como a privação de liberdade social ou política pode, da mesma forma, gerar a privação de liberdade econômica.

Segundo Sen (2000) o desenvolvimento está ligado à liberdade em seus vários tipos, seja ela instrumental ou constitutiva. Assim, ele destaca cinco pontos distintos de liberdades, as quais ele considera necessárias para obter o desenvolvimento almejado que visa a liberdade com fim último: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparências, segurança protetora. A seguir, tem-se uma breve contextualização sobre cada uma delas:

- As liberdades políticas referem-se às oportunidades que as pessoas têm para determinar quem deve governar e com base em que princípios, além de incluírem a possibilidade de fiscalizar e criticar as autoridades, de ter

liberdade de expressão política e uma imprensa sem censura, de ter a liberdade de escolher entre diferentes partidos políticos.

- O segundo ponto, as facilidades econômicas são as oportunidades que os indivíduos têm para utilizar recursos econômicos com propósitos de consumo, produção ou troca.
- As oportunidades sociais são as disposições que a sociedade estabelece nas áreas de educação, saúde, etc. as quais influenciam a liberdade substantiva de o indivíduo viver melhor. Essas facilidades são importantes não só para a condução da vida privada (como por exemplo levar uma vida saudável, livrando-se de morbidez evitável e da morte prematura), mas também para uma participação mais efetiva em atividades econômicas e políticas.
- As garantias de transparência referem-se as necessidades de sinceridade que as pessoas podem esperar: a liberdade de lidar uns com os outros sob garantias de dessegredo e clareza. Essas garantias tem um papel importante como inibidores da corrupção da irresponsabilidade financeira e de transações ilícitas.
- E por último a segurança protetora, que se faz necessária para proporcionar uma rede de segurança social, impedindo que a população afetada seja reduzida a miséria abjeta e, em alguns casos, até mesmo à fome e à morte, inclui disposições institucionais fixas, como benefícios aos desempregados e suplementos de renda regulamentares para os indigentes, medidas para distribuição de alimentos em crises de fome coletiva ou empregos públicos de emergência para gerar renda para os necessitados.

Ainda, de acordo com Sen (2000), a criação de oportunidades sociais por meio de serviços como educação pública, serviços de saúde e desenvolvimento de uma imprensa livre e ativa pode contribuir para o desenvolvimento econômico e para uma redução significativa das taxas de mortalidade. A redução das taxas de mortalidade, por sua vez, pode ajudar a reduzir as taxas de natalidade, reforçando a influência da educação básica, em especial da alfabetização e escolaridade das mulheres – sobre o comportamento das taxas de fecundidade.

O principal é que o impacto do crescimento econômico depende muito do modo como seus frutos são aproveitados. Expetativa de vida não se eleva com o crescimento do PNB per capita, mas indicaria que a relação tende a funcionar particularmente por meio do dispêndio público com serviços de saúde e por meio do êxito na eliminação da pobreza, o

desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos (SEN,2000).

Os estudos de Sen, foram importantes para a análise de desenvolvimento dos países, trazendo uma nova maneira de medir o desenvolvimento com a criação do IDH, juntamente com o economista paquistanês Mahbudul Haq, em 1990. Desde então, o IDH, vem sendo aplicado pelo PNUD em seu relatório anual, e se tornou uma das principais medidas comparativas de desenvolvimento utilizadas por inúmeras organizações em todo o mundo.

2.3 IDH

Ao colocar as pessoas no centro da análise do bem-estar, a abordagem do desenvolvimento humano redefine a maneira como pensamos e lidamos com o desenvolvimento – internacional, nacional e localmente (ATLAS BRASIL, 2013).

Com escala de 0 a 1, o IDH é uma medida que avalia o progresso de um país em três dimensões básicas do desenvolvimento humano, considerados mais importantes para a expansão das liberdades das pessoas: a oportunidade de se levar uma vida longa e saudável – saúde – ter acesso ao conhecimento – educação – e poder desfrutar de um padrão de vida digno – renda. Quanto mais próxima de 1, melhor a situação do país (PNUD, Ipea, FJP, 2013).

Por meio das duas primeiras dimensões (saúde e educação) busca-se avaliar a realização do bem-estar mediante a adoção de um estilo de vida resultante de escolhas livres e informadas, a partir das habilidades e conhecimentos acumulados. Já o comando sobre recursos indica se esse processo se deu livre de privações das necessidades básicas, como as de água, alimento e moradia (PNUD, Ipea, FJP, 2013).

O IDH obteve grande repercussão mundial devido principalmente à sua simplicidade, fácil compreensão e pela forma mais holística e abrangente de mensurar o desenvolvimento (ATLAS BRASIL, 2013).

Além disso, em 2012, o PNUD Brasil, o IPEA e a Fundação João Pinheiro assumiram o desafio de adaptar a metodologia do IDH global para calcular o IDH Municipal (IDHM) dos 5.565 municípios brasileiros a partir de dados do Censo Demográfico de 2010, seguindo as mesmas três dimensões do IDH global – saúde, educação e renda, mas vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios brasileiros, pois é acompanhado por mais de 200 indicadores socioeconômicos que dão suporte à sua análise e ampliam a compreensão dos

fenômenos e dinâmicas voltados ao desenvolvimento municipal. O IDHM é uma adaptação do IDH em caráter subnacional incentivado pelas nações unidas e usado como método de análise para que o país possa perceber suas características internas positivas e entraves que influenciam na análise regional, sendo de grande importância, pois estimula formuladores e implementadores de políticas públicas no nível municipal a priorizar a melhoria da vida das pessoas em suas ações e decisões (PNUD, IPEA, FJP, 2013).

Na escala de avaliação do indicador são consideradas cinco faixas de desenvolvimento humano, que variam de zero a um. Quando o município varia de zero (0) a 0,499 considera-se que este município apresenta um nível de desenvolvimento humano Muito Baixo. Resultados entre 0,5 e 0,599 indicam Baixo desenvolvimento humano. Aqueles que apresentam IDHM entre 0,6 a 0,699, tem seu IDHM em nível Médio. Resultados entre 0,7 a 0,799 indicam alto IDHM, ao passo que, resultados de 0,8 a 1,00 indicam municípios com Muito Alto desenvolvimento humano (ATLAS BRASIL, 2013).

Segundo o atlas do desenvolvimento humano do Brasil, o índice é hoje uma referência nacional para a sociedade brasileira. É um dos casos de maior sucesso em todo o mundo na aplicação e disseminação do IDH no nível subnacional.

3 DESENVOLVIMENTO EM SANTA CATARINA

3.1 Características do Estado Catarinense: Desenvolvimento Rural e Urbano

O território catarinense está localizado na região sul do Brasil, a qual é composta por outros dois estados: Paraná e Rio Grande do Sul. O estado é composto por 295 municípios e, segundo o censo de 2010, uma população de 6.248.436 habitantes em uma área de 95.737,954 km² de extensão territorial (IBGE, 2010). O Estado é dividido em oito principais regiões: Litoral, Nordeste, Planalto Norte, Vale do Itajaí, Planalto Serrano, Sul, Meio-Oeste e Oeste. Entre as maiores cidades, além da capital Florianópolis, destacam-se Joinville, Blumenau, Itajaí, Balneário Camboriú, Chapecó, Criciúma, Lages e Jaraguá do Sul (SANTA CATARINA, 2019).

O estado começou a ser povoado em meados de 1637, com a chegada dos Bandeirantes, mas somente por volta de 1829 chegaram os primeiros imigrantes, principalmente alemães e italianos, instalando diversas colônias. Nesse período, predominava a economia cafeeira nacional, que estimulou a vinda de imigrantes, possibilitando a criação de novos grupos coloniais que começaram a se dispersar pelo estado (GOULARTI FILHO, 2002).

O padrão de crescimento da indústria catarinense até meados dos anos 1940 era baseado na pequena propriedade e nos setores tradicionais da economia, até então o destaque ficava por conta da indústria madeireira, ervateira, carbonífera, alimentícia e têxtil. A partir de meados da década de 40, a indústria catarinense começou a ampliar e a diversificar a sua base produtiva com o surgimento de setores dinâmicos (GOULARTI FILHO, 2007).

O estado começou a se industrializar e se desenvolver, em 1945, mudando a estrutura econômica do estado através da ampliação da indústria metal-mecânica, cujo maior polo era Joinville, indústria de papel, pasta e celulose no Planalto e cerâmicas no Sul. Essa nova base produtiva no estado passava a comandar o processo de acumulação no Estado para as décadas seguintes. Já em 1962 adotou-se um novo padrão de crescimento, com um novo sistema de crédito, investimentos em energia e transporte e com a consolidação do setor eletro-metal-mecânico, liderado pelas médias e grandes indústrias. Além disso, começou também um processo de modernização da agricultura. Segundo Goularti Filho (2007) pode-se concluir que a integração e a consolidação da indústria catarinense só podem ser consideradas depois de 1962, a qual era comandada pelo Estado e pelas grandes e médias indústrias e agroindústrias.

A formação dos complexos agroindustriais em Santa Catarina está dentro do movimento geral de constituição dos complexos em nível nacional e só pode ser entendida a partir da modernização conservadora e da industrialização da agricultura no Brasil. Embora Santa Catarina tenha uma estrutura fundiária menos concentrada do que muitos estados brasileiros, os setores mais beneficiados com créditos, subsídios, amparo tecnológico e suporte técnico foram as grandes empresas. Assim como, a explicação para o êxito dos grandes frigoríficos em Santa Catarina reside no longo processo de modernização conservadora e nos benefícios da política agrícola (incluindo subsídios e financiamentos), deliberados pelo Estado (GOULARTI FILHO, 2007).

Nos anos 90, as mudanças acontecidas no país com a desregulamentação dos mercados, a abertura comercial e os novos limites à intervenção estatal e à política industrial, num contexto em que a austeridade fiscal se tornou elemento fundamental na busca pela estabilidade econômica, deixaram suas marcas na economia do estado (MATTEI; LINS, 2010, apud RODOLFO; TEIXEIRA, 2011).

Em um cenário de pouca intervenção estatal e abertura econômica, o modelo catarinense de desenvolvimento, supostamente baseado na capacidade do empreendedor europeu aqui instalado, passou a enfrentar dificuldades. Se na indústria os efeitos foram fortes, na agropecuária a situação também foi de dificuldades. Boa parte do setor agropecuário catarinense, que já vinha com problemas desde os anos oitenta, não estava preparado para alcançar os níveis de produtividade que passaram a ser exigidos, pois era baseado em pequenas propriedades, utilizando intensivamente mão-de-obra familiar, por isso um número cada vez maior dessas propriedades se tornou inviável economicamente (RODOLFO; TEIXEIRA, 2011).

Todas essas mudanças na economia acarretou um processo de migração da população, principalmente da região oeste que era dependente do setor primário, e outros municípios, em particular os menores em que a base econômica é a atividade agropecuária. Essa população deslocada se dirigiu, em busca de novas oportunidades para as regiões economicamente mais dinâmicas do estado, sobretudo no eixo formado pela área do litoral catarinense especialmente a partir de Florianópolis para o Norte, até Joinville, e pelo Vale do Itajaí, até a região de Blumenau. Esse movimento de concentração da população nesses espaços, em detrimento do interior do estado, foi chamado de litoralização (TORESAN; OLIVEIRA, 2001, apud RODOLFO; TEIXEIRA, 2011).

Mattei (2012) destaca que embora Santa Catarina apresente uma dinâmica produtiva relativamente bem distribuída em todo território, está em curso um processo de concentração

das atividades produtivas em cidades-polos regionais. Principalmente as cidades de Joinville, Blumenau e Florianópolis, que juntas respondem por mais de um quinto do PIB catarinense.

Dentro do estado é possível identificar, em cada uma das mesorregiões, segundo Mattei (2012) que o processo produtivo é comandado por um pequeno número de municípios que se transformam em polos de desenvolvimento regional e esse comportamento acaba gerando um nível elevado de concentração de recursos em poucas cidades, levando a um aumento das disparidades locais.

3.2 Definição Rural e Urbano em Santa Catarina

A definição do que é considerado município rural e urbano é muito importante para a formulação de planos de desenvolvimento e formulação de políticas públicas voltadas para as regiões de acordo com as suas características territoriais. Para fins desse trabalho, será utilizado os conceitos apresentados por Veiga (2002), em que o autor faz uma crítica à classificação oficial brasileira do rural e do urbano e apresenta uma nova proposta de definição que leva em consideração, além do critério populacional, a densidade demográfica para fazer esta classificação.

De acordo com Veiga (2002) além daqueles municípios inequivocamente urbano que possuem mais de 100 mil habitantes, o autor propõe outros dois tipos e separa em dois grupos: o primeiro seria formado pelos municípios de pequeno porte que possui menos de 50 mil habitantes e menos de 80 habitantes por quilômetro quadrado (hab/km^2) simultaneamente, e o segundo de médio porte, sendo esses os que têm população no intervalo de 50 a 100 mil habitantes, ou densidade que supere $80 \text{ hab}/\text{km}^2$, mesmo que tenham menos de 50 mil habitantes, sendo esses considerados municípios intermediários do tipo “rurbano” que poderão se transformar em centros urbanos. Fazendo uma conexão com o critério estabelecido pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), que classifica em níveis, a primeira classificação englobaria os municípios essencialmente urbanos, a segunda os essencialmente rurais e a última, aqueles ditos relativamente rurais ou intermediários.

Assim, de acordo com esses critérios e utilizando dados do censo demográfico brasileiro de 2010 fornecidos pelo IBGE, o estado de Santa Catarina que possui um total de 295 municípios, foi possível identificar 231 municípios considerados essencialmente rurais (pequeno porte), 12 municípios essencialmente urbanos (centros urbanos), além de 52

municípios intermediários, que será classificado como Urbano. Essa classificação é utilizada para a análise e apresentação dos resultados no capítulo seguinte.

4 IDH – ANÁLISE E RESULTADOS

A análise enfoca primeiramente no IDHM, sendo feita uma comparativa entre os municípios rurais e urbanos, mostrando o ranking dos 10 municípios catarinenses melhores classificados e os 10 municípios nas últimas posições do ranking do IDHM. Posteriormente é feita uma avaliação dos indicadores sociais, sendo esses, os subíndices que compõem o IDH – educação, renda e saúde, utilizando-se dos dados mais recentes disponibilizados pelo IBGE e Atlas do Desenvolvimento Humano.

A tabela 1 apresenta o ranking dos municípios catarinenses com o melhor índice de desenvolvimento humano municipal, conforme dados do censo de 2010.

Tabela 1: Municípios com melhores IDHs em Santa Catarina (2010)

Município	Classificação	IDHM	IDHM Renda	IDHM Longevidade	IDHM Educação
Florianópolis	Essencialmente urbano	0.847	0.870	0.873	0.800
Balneário Camboriú	Essencialmente urbano	0.845	0.854	0.894	0.789
Joaçaba	Urbano	0.827	0.823	0.891	0.771
Joinville	Essencialmente urbano	0.809	0.795	0.889	0.749
São José	Essencialmente urbano	0.809	0.799	0.880	0.752
Rio Fortuna	Essencialmente rural	0.806	0.848	0.850	0.727
Blumenau	Essencialmente urbano	0.806	0.812	0.894	0.722
Jaraguá do Sul	Essencialmente urbano	0.803	0.793	0.865	0.755
Rio do Sul	Urbano	0.802	0.793	0.894	0.727
São Miguel do Oeste	Urbano	0.801	0.787	0.884	0.739

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Atlas do Desenvolvimento Humano.

Dos municípios apresentados na tabela 1, pode-se observar que todos estão na faixa de alto desenvolvimento humano, no entanto apenas um município essencialmente rural encontra-se entre os dez primeiros colocados, sendo a maior parte ocupada pelas maiores cidades catarinenses. Dentre os componentes, renda, longevidade e educação, é possível identificar a maior deficiência no IDHM educação.

A capital catarinense – Florianópolis – apresentou um IDH de 0,847, o que a coloca na faixa de muito alto desenvolvimento humano e está em primeiro lugar no ranking dos municípios com melhor IDH, com uma média bastante equilibrada nos três componentes: renda, longevidade e educação. O bom desempenho da capital nesses indicadores pode estar

relacionado a sua economia dinâmica, pois a região da grande Florianópolis destaca-se nos setores de tecnologia, turismo, serviços e construção civil (MATTEI, 2012).

Mattei (2012) destaca ainda, que no pós-guerra essa região sofreu um forte processo de urbanização, e atualmente é a região mais urbanizada do estado, com índices aproximados de 85%. Para isso, contribuíram decisivamente a melhoria dos serviços básicos de infraestrutura: a dinamização dos serviços administrativos do estado; a busca de uma melhor integração com as demais regiões; a implantação da Universidade Federal e a instalação de uma rede de atividades vinculadas ao turismo, transformando-a em um dos mais importantes polos turísticos do estado. Mas o que mais tem crescido em importância nos últimos anos são as atividades articuladas em torno do polo tecnológico de Florianópolis, cujo objetivo é desenvolver tecnologias para os setores da informática, da automação industrial e de telecomunicações. Porém, ainda é o setor terciário quem comanda a dinâmica econômica da região.

No outro extremo, temos os municípios nas últimas posições do ranking do IDH no estado, conforme mostra a tabela 2.

Tabela 2: Municípios com piores IDHs em Santa Catarina (2010)

Município	Classificação	IDHM	IDHM Renda	IDHM Longevidade	IDHM Educação
Saltinho	Essencialmente rural	0.654	0.639	0.795	0.551
Rio Rufino	Essencialmente rural	0.653	0.652	0.806	0.530
Lebon Régis	Essencialmente rural	0.649	0.632	0.806	0.537
Bocaina do Sul	Essencialmente rural	0.647	0.642	0.768	0.549
Monte Carlo	Essencialmente rural	0.643	0.648	0.804	0.511
Campo Belo do Sul	Essencialmente rural	0.641	0.648	0.768	0.528
São José do Cerrito	Essencialmente rural	0.636	0.618	0.827	0.503
Vargem	Essencialmente rural	0.629	0.636	0.790	0.495
Calmon	Essencialmente rural	0.622	0.618	0.779	0.500
Cerro Negro	Essencialmente rural	0.621	0.634	0.829	0.455

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Atlas do Desenvolvimento Humano.

Nota-se que todos os municípios são de pequeno porte, classificados como essencialmente rurais e estão na faixa de médio desenvolvimento humano. Novamente o subíndice educação mostra os piores resultados em comparação com os subíndices renda e longevidade. O município de Cerro Negro, ficou em última posição, apresentando um IDH de 0,621, ou seja, 36,39% mais baixo que o primeiro colocado que é a capital catarinense, Florianópolis.

Como a maioria desses municípios estão localizados nas regiões do planalto norte e oeste catarinense, a falta de oportunidade e qualidade de vida, pode estar atrelado a fatores históricos que limitaram seu desenvolvimento, como a guerra do Contestado, que ocorreu nessa região entre o período de 1912 e 1916 e trouxe como consequência uma grave desestruturação da organização socioeconômica da região, causando o estabelecimento da fome conjuntural em uma escala sem precedentes (LUDKA, 2016).

Ludka (2016), destaca ainda que faltam políticas públicas voltadas à essa região - no caso a do Contestado -, além de uma força de representação política mais atuante, falta de vontade política municipal, regional e estadual, pois as poucas políticas públicas, que efetivamente mostraram resultados nos últimos anos na região, são frutos de ações de programas do governo federal.

4.1 Educação

O acesso ao conhecimento é um determinante crítico para o bem-estar e é essencial para o exercício das liberdades individuais, da autonomia e da autoestima. A educação é fundamental para expandir as habilidades das pessoas para que elas possam decidir sobre seu futuro, pois constrói confiança, confere dignidade, e amplia os horizontes e as perspectivas de vida (ATLAS BRASIL, 2013).

A educação constitui elemento essencial para o desenvolvimento humano. Quanto mais qualificação as pessoas possuem, mais chances terão no mercado de trabalho e isso vai refletir na renda que a pessoa poderá ter. Para isso, se torna necessário uma educação de qualidade desde os primeiros anos de ensino, além da oportunidade de acesso ao ensino para todos, portanto, a educação é um indicador importante a ser avaliado.

O Ideb é o principal indicador da qualidade da educação básica no Brasil. Para fazer essa medição, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) utiliza uma escala que vai de 0 a 10. A meta para o Brasil é alcançar a média 6.0 até 2021, patamar educacional correspondente ao de países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), como Estados Unidos, Canadá, Inglaterra e Suécia. O Ideb sintetiza em um único indicador dois conceitos importantes para aferir a qualidade do ensino no país: Fluxo: representa a taxa de aprovação dos alunos; Aprendizado: corresponde ao resultado dos estudantes no Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica), aferido tanto pela Prova Brasil,

avaliação censitária do ensino público, e a Aneb, avaliação amostral do Saeb, que inclui também a rede privada (ACADEMIA, 2019).

Assim, a tabela 3, mostra o índice de qualidade no ensino fundamental, dos anos iniciais e anos finais nos municípios urbanos e rurais de Santa Catarina.

Tabela 3: Média do IDEB dos anos iniciais e dos anos finais do ensino fundamental

Classificação	Média de IDEB - Anos iniciais do ensino fundamental (2017)	Média de IDEB - Anos finais do ensino fundamental (2017)
Essencialmente Rural	6,12	4,82
Essencialmente urbano	6,28	5,04
Urbano	6,27	4,93
Total Geral	6,15	4,85

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IBGE.

Da comparação entre o indicador dos dados referente aos anos iniciais e finais do ensino fundamental, um ponto relevante a ser destacado, é que ambos, tanto nos municípios rurais quanto urbanos têm um índice de qualidade pior nos anos finais do ensino fundamental, que correspondem a uma piora de 27% nos municípios rurais, e 25% nos municípios essencialmente urbanos, o que confere uma certa preocupação, uma vez que o ensino fundamental é parte importante para a formação do jovem. Além disso, pode - se destacar que mesmo não havendo muita diferença, os municípios essencialmente rurais apresentam uma qualidade inferior no ensino, tanto nos anos iniciais quanto nos anos finais.

Ainda no subíndice educação, outro fator importante a ser analisado é a taxa de analfabetismo, que esses municípios apresentaram no último censo. Esse indicador, mede o grau de analfabetismo da população adulta que segundo o IBGE, mostra o percentual de pessoas com 15 anos ou mais de idade que não sabem ler e escrever pelo menos um bilhete simples, no idioma que conhecem. Na tabela 4 é mostrado o ranking dos municípios que apresentaram a menor taxa de analfabetismo em 2010.

Tabela 4: Menores taxas de analfabetismo dos municípios catarinenses.

Município	Classificação	Taxa de analfabetismo (2010)
São João do Oeste	Essencialmente Rural	0,9
Balneário Camboriú	Essencialmente urbano	1,3
Pomerode	Urbano	1,5
Jaraguá do Sul	Essencialmente urbano	1,6
Blumenau	Essencialmente urbano	1,7
Luzerna	Essencialmente rural	1,7
Florianópolis	Essencialmente urbano	1,9
Timbó	Urbano	2
Peritiba	Essencialmente rural	2,1
Joinville	Essencialmente urbano	2,2

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do datasus.

Logo, verifica-se que a maior parte dos municípios caracterizados como essencialmente urbanos são a maioria, no entanto é possível identificar também que o município São João do Oeste e Luzerna considerados essencialmente rural, entraram nessa classificação, entre os 10 primeiros colocados. Uma situação peculiar que pode ser explicada pelo apoio do município aos professores, o que os torna mais qualificados, além de investimento em tecnologia e incentivo à leitura¹.

A tabela 5 mostra o ranking dos municípios catarinenses que apresentam as taxas de analfabetismo mais elevadas.

Tabela 5: Municípios catarinenses com a taxa de analfabetismo mais elevada.

Município	Classificação	Taxa de analfabetismo (2010)
São José do Cerrito	Essencialmente Rural	12,7
Calmon	Essencialmente Rural	13
Campo Belo do Sul	Essencialmente Rural	13
Saltinho	Essencialmente Rural	13
Monte Carlo	Essencialmente Rural	13,2
Sul Brasil	Essencialmente Rural	13,2
Campo Erê	Essencialmente Rural	13,6
Barra Bonita	Essencialmente Rural	13,8
Cerro Negro	Essencialmente Rural	15,9
Galvão	Essencialmente Rural	16,5

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do datasus.

¹ São João do Oeste tem o menor índice de analfabetismo em Santa Catarina. Disponível em: <http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2012/09/sao-joao-do-oeste-tem-o-menor-indice-de-analfabetismo-em-santa-catarina-3885224.html>

Um fator importante a ser destacado conforme a tabela 5 demonstra, é a taxa de analfabetismo significativamente maior em relação aos municípios que ficaram nas primeiras colocações, que foi apresentado na tabela 4. Enquanto o primeiro colocado, município de São João do Oeste, apresenta uma taxa de 0,9%, o município de Galvão, o último colocado no ranking, apresenta uma taxa de 16,5%, e ambos são municípios rurais. Isso mostra que o desenvolvimento ocorre de forma heterogênea, mesmo no meio rural. Vale destacar, também, que a maioria desses municípios, ficaram na pior classificação no ranking do IDH que foi apresentado na tabela 2.

4.2 Renda

A renda é um componente essencial para acessarmos necessidades básicas como água, comida e abrigo, mas também para podermos transcender essas necessidades rumo a uma vida de escolhas genuínas e exercício de liberdades. A renda é um meio para uma série de fins, pois possibilita nossa opção por alternativas disponíveis e a carência desta pode limitar as oportunidades de vida (Atlas Brasil, 2013).

Por sua importância no aumento da melhoria da qualidade de vida, o segundo indicador a ser analisado é a renda, e para isso foram selecionadas três variáveis: média de salário mensal dos trabalhadores formais, média da população ocupada, e média da renda per capita dos municípios rurais e urbanos de Santa Catarina. A tabela 6 apresenta os resultados.

Tabela 6: Indicadores do salário médio, população ocupada e PIB per capita dos municípios catarinenses.

Classificação	Média de salário médio mensal dos trabalhadores formais - em S.M. (2016)	Média de população ocupada (2016)	Média de PIB per capita -R\$ (2016)
Essencialmente Rural	2,09	23,05	29.570,73
Essencialmente urbano	2,78	42,70	43.132,79
Urbano	2,30	32,67	32.451,96
Total Geral	2,15	25,54	30.630,28

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IBGE.

O salário médio mensal dos trabalhadores nos municípios essencialmente urbanos é de 2,78 salários mínimos, o que representa 33,23% maior que a média nos municípios rurais. Observa-se também, que a média da população ocupada nas grandes cidades foi de 42,70% e

nos municípios rurais de 23,05%, ou seja, 85,26 % maior que no meio rural. Em relação ao PIB per capita, verifica-se que foi mais significativo nos municípios essencialmente urbanos.

Dentre os municípios essencialmente urbanos, Florianópolis teve o maior salário médio, seguida de Jaraguá do Sul, com 4,7 salários mínimos e 3,1 respectivamente. Também Florianópolis apresentou a maior média de população ocupada, com 66,3%, e em PIB per capita o município de Itajaí obteve maior destaque, apresentando R\$ 92,2 mil seguido de Jaraguá do Sul com R\$ 46,4 mil. Já nos municípios essencialmente rurais, Lindóia do Sul e Bocaina do Sul apresentaram a menor média do salário médio, ambos 1,5 salários mínimos. Em relação ao PIB per capita, destacam-se os municípios considerados essencialmente rurais, Piratuba e Araquari, com R\$ 180,8 mil e R\$ 94,5 mil respectivamente, ou seja, superando o maior PIB per capita dos municípios essencialmente urbanos. Essas informações podem ser averiguadas nas tabelas 7 e 8.

Tabela 7: Indicadores de salário médio mensal, população ocupada e PIB per capita dos municípios essencialmente urbanos.

Municípios (essencialmente urbanos)	Salário Médio mensal dos trabalhadores formais (2016) - em S.M.	População ocupada 2016)	PIB per capita R\$ (2016)
Itajaí	3	44,3	92.266,86
Jaraguá do Sul	3,1	44,1	46.429,86
Blumenau	2,9	45,1	44.791,08
Joinville	2,9	38,8	44.268,54
São José	2,3	48,4	41.960,75
Brusque	2,4	44	41.682,64
Chapecó	2,7	41,7	39.693,55
Florianópolis	4,7	66,3	39.048,21
Balneário Camboriú	2,4	44,6	37.429,03
Criciúma	2,5	36,6	32.968,64
Lages	2,2	30,6	29.930,95
Palhoça	2,3	27,9	27.123,36

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IBGE.

Tabela 8: Indicadores do salário médio mensal e PIB per capita, dos municípios essencialmente rurais (referente aos 5 municípios com os menores resultados e 5 municípios com os melhores resultados)

Municípios essencialmente rurais	Salário Médio mensal dos trabalhadores formais (2016) - em S.M.	Municípios essencialmente rurais	PIB per capita R\$ (2016)
Lindóia do Sul	1,5	Pescaria Brava	8.341,33
Bocaina do Sul	1,5	Balneário Gaivota	12.680,75
Treze de Maio	1,6	São Pedro de Alcântara	13.416,39
Monte Castelo	1,6	Major Gercino	13.537,01
Armazém	1,6	Canelinha	14.005,49
Correia Pinto	2,9	Antônio Carlos	72.874,82
Itapoá	3	Vargem Bonita	72.899,99
Três Barras	3	Treze Tílias	73.993,56
Treviso	3,3	Araquari	9.4595,1
Vargem Bonita	4,8	Piratuba	180.824,63

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IBGE

4.3 Saúde

Um dos requisitos para o desenvolvimento com equidade é a saúde. Ter uma vida longa e saudável é fundamental para o bem-estar das pessoas. Segundo o Atlas Brasil (2013), para promover o desenvolvimento humano é preciso que sejam ampliadas as oportunidades que as pessoas têm de evitar a morte prematura, e que seja garantido a elas um ambiente saudável, com acesso à saúde de qualidade, para que possam atingir o padrão mais elevado possível de saúde física e mental.

Sordi e Ventura (2012), destacam que o saneamento ambiental é o principal fator na prevenção de doenças, e tem como função o abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza pública, drenagem pluvial, controle de vetores, de alimentos e doenças transmissíveis, mas não atinge toda a população, e grande parte dela fica exposta a situações de risco como habitações inadequadas e falta de infraestrutura.

Segundo Galvão Junior (2009) o esgotamento sanitário adequado, influencia diretamente na vida das pessoas, pois o acesso aos serviços de saneamento básico é condição necessária à dignidade da pessoa humana e, particularmente, à sua sobrevivência. A participação do indivíduo na atividade econômica e social depende de uma vida saudável. Para tanto, é fundamental o acesso ao saneamento básico, assim como à moradia, à saúde e à educação.

Além disso, o esgotamento sanitário inadequado, pode influenciar em indicadores como a diarreia, ou sobre medidas mais abrangentes de saúde, como a mortalidade infantil ou a expectativa de vida.

Garcia e Santana (2011), consideram as taxas de mortalidade infantil (de menores de um ano) e na infância (de menores de cinco anos) indicadores muito importantes, pois têm um peso importante na expectativa de vida ao nascer. Esses indicadores têm sido historicamente utilizados para medir as condições de saúde e de vida de populações. Os óbitos de crianças são eventos indesejáveis, pois são mortes precoces e, na maioria dos casos, evitáveis.

Assim, a tabela 9 apresenta a média das variáveis referente a taxa de mortalidade infantil, internações por diarreia e esgotamento sanitário adequado nos municípios catarinenses.

Tabela 9: Média dos indicadores de mortalidade infantil, internações por diarreia e esgotamento sanitário adequado nos municípios catarinenses.

Classificação	Média de mortalidade infantil (óbitos por mil nascidos vivos) (2017)	Internações por diarreia (internações por mil habitantes) (2016)	Esgotamento sanitário adequado (2010)
Essencialmente Rural	24,87	3,09	50,78
Essencialmente urbano	9,47	0,33	86,13
Urbano	9,93	0,83	77,02
Total Geral	21,61	2,58	56,50

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IBGE.

Observa – se que a média de mortalidade infantil nos municípios essencialmente urbanos é de 9,47 óbitos por mil nascidos vivos, enquanto nos municípios predominantemente rurais é de 21,61 óbitos, ou seja, 128% maior que nos municípios essencialmente urbanos, mostrando uma diferença bem significativa. Já nos municípios urbanos, os quais são considerados intermediários, não apresenta muita diferença em relação aos municípios essencialmente urbanos. Pode-se destacar ainda, as internações por diarreia, em que novamente os municípios essencialmente rurais possuem o número mais elevado, tanto em relação aos municípios essencialmente urbanos, quanto aos intermediários (urbano). Em relação ao esgotamento sanitário, a maior privação está nos municípios essencialmente rurais, apresentando em média 50,78% dos domicílios com esgotamento sanitário adequado, ou seja, 42% menor que os municípios essencialmente urbanos.

De modo geral, nota-se que a maior privação nos municípios rurais está na área da saúde, pois algumas cidades apresentam alto índice de mortalidade infantil. As internações por

diarreia também foram bem elevadas o que pode estar relacionado a deficiência de saneamento básico nas cidades. O estado apesar de rico, ainda precisa avançar nesse sentido, pois apresenta um esgotamento sanitário bastante deficitário.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo do desenvolvimento humano se torna importante mesmo em regiões dinâmicas com economia forte como é o caso de Santa Catarina, justamente por mostrar a outra face, que além do crescimento é necessário a melhora da qualidade de vida de toda a população para ser considerado desenvolvido. Os indicadores sociais conseguem mostrar isso de uma maneira melhor.

A teoria de Amartya Sen, trouxe um novo olhar, sobre desenvolvimento, que abrangem outras variáveis além da renda, no entanto Sen deixa claro a importância do crescimento econômico para gerar desenvolvimento. Este estudo buscou refletir sobre a importância de evoluir de uma análise somente do ponto de vista econômico para uma concepção mais ampla, utilizando – se de indicadores mais abrangentes para medir o desenvolvimento.

Apesar de Santa Catarina, estar entre as economias mais desenvolvidas do País, não significa que habitamos um território justo, pois em apenas algumas cidades (polo) ficam concentrados a maior parte das atividades econômicas, enquanto uma grande parte das cidades do estado, principalmente as menores, ainda são muito precárias em termos de crescimento e desenvolvimento, e isso se reflete na qualidade de vida das pessoas.

Através da análise dos indicadores, é possível fazer uma comparativa com os dados do IDH de 2010 e a taxa de analfabetismo também do censo de 2010, em que a maior parte das cidades com menor desenvolvimento humano, são praticamente as mesmas que apresentaram as maiores taxas de analfabetismo, sugerindo que há a necessidade de mais atenção do poder público, para estes municípios.

Este trabalho também concluiu que no subíndice saúde, avaliado através das variáveis mortalidade infantil, internações por diarreia e esgotamento sanitário adequado apresentou a maior privação nos municípios rurais, nos três indicadores simultaneamente. É bem possível que um indicador possa impactar o outro, pois um saneamento deficitário pode causar doenças e impactar na qualidade de vida das pessoas. No subíndice educação, não houve muita diferença dos municípios rurais e urbanos, porém verifica – se que a qualidade de ensino fundamental pode ser melhorada em todo o estado, uma vez que a qualidade nos anos finais, em relação aos anos iniciais mostra uma piora da qualidade do ensino.

Importante destacar, também, que a capital Florianópolis, e as maiores cidades consideradas essencialmente urbanas apresentaram os melhores resultados em quase todos os indicadores analisados, sugerindo que a economia catarinense é bastante concentrada. Nesse

sentido, o êxodo rural acaba sendo inevitável, pois essas cidades acabam atraindo as pessoas do interior do estado, que vem em busca de melhores oportunidades. Para evitar o processo de litoralização em Santa Catarina, é necessário que o poder público tome medidas e iniciativas para desenvolver a área rural do estado, permitindo que as pessoas possam viver com mais qualidade de vida no campo.

O principal objetivo deste trabalho foi contrastar o desenvolvimento nos municípios essencialmente rurais, em relação as grandes cidades (considerados essencialmente urbanos) do estado catarinense, no entanto é possível dizer que mesmo no meio rural, há muitos municípios que são bastante desenvolvidos, inclusive podem apresentar melhor qualidade de vida que da população urbana. Este resultado pode nos fazer refletir sobre os modelos de desenvolvimento adotados por esses municípios e que poderiam contribuir para ser seguidos por outros municípios de pequeno porte.

REFERÊNCIAS

- ACADEMIA, QEdU. **O que é o Ideb**. Disponível em: <<https://academia.qedu.org.br/ideb/o-que-e-o-ideb-2/>>. Acesso em: 25 jun. 2019.
- Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. **As três dimensões do IDH**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/desenvolvimento_humano/>. Acesso em: 26 jun. 2019.
- Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Ranking - Santa Catarina (2010). Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking>>. Acesso em: 25 jun. 2019.
- BRASILIA. PNUD IPEA FJP. **Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras**. 2014. Disponível em: <<http://www.secid.ma.gov.br/files/2015/04/Atlas-do-Desenvolvimento-Humanonas-Regi%C3%B5es-Metropolitanas.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2019.
- CARRARA, Bruna Sordi; VENTURA, Carla Aparecida Arena. A saúde e o desenvolvimento humano. **Saúde & Transformação Social**, Florianópolis, v. 3, n. 4, p.89-96, set. 2012. Disponível em: <<http://stat.entrever.incubadora.ufsc.br/index.php/saudeetransformacao/article/view/1484/2247>>. Acesso em: 24 jun. 2019.
- CATARINA, Governo Santa. **Conheça SC**. Disponível em: <<http://www.sc.gov.br/index.php/conhecasc>>. Acesso em: 26 maio 2019.
- CONTERATO, Marcelo Antonio; FILLIPI, Eduardo Ernesto. **Teorias do Desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad003.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2019.
- DALBERTO, Cassiano Ricardo; Et al., ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO EFICIENTE: UMA MENSURAÇÃO ALTERNATIVA DO BEM-ESTAR DAS NAÇÕES. **Pesquisa e Planejamento Econômico, PPE**, Brasília, v. 45, n. 2, p.337-362, ago. 2015.
- DATASUS. **TAXA DE ANALFABETISMO - SANTA CATARINA**. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/censo/cnv/alfsc.def>>. Acesso em: 26 jun. 2019.
- FURTADO, Celso. **Pequena introdução ao desenvolvimento: Enfoque Interdisciplinar**. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1981. 161 p.
- FURTADO, Celso. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. 6. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977. 344 p.
- GALVÃO JUNIOR, Alceu Castro. Desafios para a universalização dos serviços de água e esgoto no Brasil. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 25, n. 6, p.548-556, 2009. Disponível em: <<https://www.scielosp.org/pdf/rpsp/2009.v25n6/548-556/pt>>. Acesso em: 24 jun. 2019.

GARCIA, Leila Posenato; SANTANA, Lúcia Rolim. Evolução das desigualdades socioeconômicas na mortalidade infantil no Brasil, 1993-2008. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 9, p.3717-3728, maio 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/csc/2011.v16n9/3717-3728/pt>>. Acesso em: 24 jun. 2019

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175 p.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação Econômica de Santa Catarina**. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007. 473 p.

GOULARTI FILHO, Alcides. A Formação econômica de Santa Catarina. **FEE**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p.977-1007, maio 2002.

IBGE. **Conceitos**. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm>>. Acesso em: 14 jul. 2019.

IBGE. **História Santa Catarina**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/historico>>. Acesso em: 26 maio 2019.

IBGE. **Panorama Santa Catarina**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/panorama>>. Acesso em: 26 jun. 2019.

IBGE. **Panorama Santa Catarina: Panorama Santa Catarina**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/panorama>>. Acesso em: 28 abr. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA) (Org.). **Desenvolvimento humano para além das médias**. Brasília: Pnud, Ipea, Fjp, 2017. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/170510_desenvolvimento_humano_para_alem_das_medias.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2018.

LUDKA, Vanessa Maria. A região do Contestado, a fome e a pobreza como permanência da guerra. **Revista NEP (núcleo de Estudos Paranaenses)**, Curitiba, v. 2, n. 5, p.1-24, dez. 2016.

MATTEI, Lauro Francisco. Economia catarinense: Crescimento com desigualdades regionais. In: V ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE, 5, 2011, Criciúma. **TEXTO PARA DISCUSSÃO 010/2014**. Florianópolis: Apec Unesc, 2012. p. 1 - 24. Disponível em: <http://www.apec.unesc.net/IV_EEC/sessoes_tematicas/Desenvolvimento%20e%20meio%20ambiente/ECONOMIA%20CATARINENSE%20CRESCIMENTO%20COM%20DESIGUALDADES%20REGIONAIS.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2019.

MATTEI, Lauro e LINS, Hoyêdo N. **Liberalização econômica e reestruturação produtiva: reflexos em Santa Catarina no limiar do novo século**. In: MATTEI, Lauro e LINS, Hoyêdo N. **A socioeconomia catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI**. Chapecó: Argos, 2010.

NIEDERLE, Paulo André; RADOMSKY, Guilherme Francisco W. (Org.). **Introdução às teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad101.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2019.

ORTEGA, Antônio César; ALMEIDA FILHO, Niemeyer (Org.). **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas: Alínea, 2007. 303 p.

PNUD; IPEA; FJP (Org.). **O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro**. 2013. Disponível em: <http://ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=19153>. Acesso em: 22 jun. 2019.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo - Rio Grande do Sul: Feevale, 2013. 276 p.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD) (Brasil). **Desenvolvimento humano e IDH**. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>>. Acesso em: 26 nov. 2018.

RODOLFO, Fabiano; TEIXEIRA, Felipe Wolk. SANTA CATARINA: DESIGUALDADES REGIONAIS NO CONTEXTO DA POLÍTICA DE DESCENTRALIZAÇÃO. Necat. Florianópolis, p. 01-50. Out. 2011.

ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não-comunista**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409 p.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

VEIGA, José Eli da. **Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. 2. ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2003. 303 p.